

MASCULINIDADES E FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO DE GÊNERO*

Simone Vieira Batista*

Magda Brandão Mendes**

Ligia Pereira dos Santos***

Nas últimas décadas, as pesquisas acadêmicas foram impulsionadas pela crítica ao etnocentrismo curricular, visão de mundo eurocêntrica, branca, masculina, cristã e heterossexual e da análise das micro-relações de poder que produzem a exclusão social de grupos culturais não-hegemônicos. Sob o enfoque da construção das diferenças e desigualdades no currículo tendo como pressuposto a bandeira da diversidade cultural, educação inclusiva e currículo multicultural, ocorrem uma maior visibilidade das questões sexistas presentes na educação em todos os níveis.

As pesquisas educacionais e as políticas e práticas curriculares passam a atentar para as desvantagens sociais decorrentes de condições/posições de raça, etnia, orientação sexual, gênero, deficiências/necessidades especiais, idade/geração, e outras diferenças individuais.

A observação de posturas e concepções carregadas de preconceitos relativos à presença masculina na formação docente para o ensino na educação infantil e séries iniciais provém de visões e práticas sociais masculinas e femininas construídas historicamente como algo natural e tem sido uma extensão dos papéis biológicos de homens e mulheres.

A partir das características sexuais, as mulheres são consideradas como mais eficientes e pacientes no *cuidado*, sobretudo em atuações profissionais como: professoras, psicólogas, pediatras, ginecologistas, enfermeiras, na relação ser humano-ser humano. E os homens, considerados como aptos para os espaços das ciências exatas e para a metódica relação ser humano-máquina.

Na tentativa de aglutinar interesses comuns e ampliar a compreensão das relações de gênero, desenvolveu-se tal conceito apoiando-se na idéia de que existem machos e fêmeas na espécie humana, mas, principalmente, que a qualidade de ser homem e ser mulher é definida em termos da relação entre ambos e do contexto sócio-histórico. A diferenciação dos papéis de gênero se inicia no convívio familiar, ou seja, ele impõe papéis sociais diferenciados com base biológica, definidos em termos de funções econômicas e sexuais.

Com base em Scott (1995) podemos agrupar a categoria *gênero* em três orientações teóricas: a teoria do gênero versus patriarcado, a teoria marxista versus gênero e, por fim, a teoria de gênero e a psicanálise.

Os estudos de gênero baseados *na teoria marxista* tomam emprestado a categoria “dominação patriarcal” de Max Weber (1956) para justificar a subordinação feminina e se referenda, na crítica, à reprodução social via educação, discutindo a possibilidades de uma educação emancipatória. Na formação docente, as iniciativas curriculares e pedagógicas privilegiaram a categoria *classe social*, para explicar as estruturas de desigualdade, em detrimento de problemáticas como o racismo e sexismo.

Conforme ressalta Scott (1995), uma das limitações dessa perspectiva destaca-se o fato de afirmar que a fonte das desigualdades entre os sexos reside nas relações desiguais entre eles e acaba produzindo explicações causais para algo que já está posto: a dominação. Assim, sobrepõe o constructo cultural à historicidade da categoria gênero.

Nessa abordagem, Scott (1995) destaca que as relações de gênero, nesta perspectiva, têm caráter limitado por tratar as relações entre os sexos como uma consequência de estruturas econômicas mutáveis no processo histórico.

A compreensão de gênero na proposta da psicanálise da escola francesa e, baseada em leituras estruturalistas e pós-estruturalistas (Freud), nas teorias da linguagem (Lacan) que trabalha nas teorias das relações de objeto, e da escola anglo-americana (Chodorow) que enfatiza a influência da experiência concreta sobre as relações de gênero.

Entretanto, para Scott (1995), a interpretação fundada na abordagem psicanalítica limita o conceito de gênero ao cotidiano da experiência privada e à esfera da família. Por não destacar as relações do particular com o geral, ou seja, com os sistemas sociais, econômicos, políticos e ideológicos, a partir dos quais se fundamenta o imaginário social, desse modo, tal perspectiva produz explicações insuficientes para compreendermos questões de amplitude mais abrangente.

A perspectiva do presente estudo, adota, a *compreensão feminista* construindo um paralelo com algumas perpendiculares não-sexistas, buscando entre leituras e discussões sobre masculinidade um contínuo aprofundamento teórico-epistemológico sobre produção de sentido, destacando o compromisso ético, de analisar se ocorre à predominância hegemônica – branca, heterossexual dominante nos modelos de masculinidade presente nas histórias de vida dos discentes do Curso de Pedagogia da UEPB. E se, enquanto padrão, ela exerce um efeito controlador, através da incorporação do *habitus* (Bourdieu, 2003), da ritualização (no

sentido antropológico) das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma prática de discurso que exclui e subordina os valores do campo emotivo considerado feminino.

O objetivo primevo desta pesquisa foi verificar os condicionantes sócio-antropológicos que influenciam a caracterização das masculinidades dos discentes de sexo masculino do Curso de Pedagogia da UEPB, considerando as questões de gênero e sua articulação com a feminização do magistério.

A heterogeneidade cultural tem obrigado às sociedades contemporâneas a partirem ao encontro e à convivência com os mais diversos grupos humanos. Conviver harmonicamente tem sido uma das grandes preocupações dos organismos oficiais nas últimas décadas. Nunca, em toda a história da humanidade, esse equilíbrio foi tão desejável por nós, seres humanos. Contudo, o modelo de sociedade neoliberal adotado há muito não consegue amenizar as desigualdades entre homens e mulheres.

Uma significativa parcela da sociedade composta por mulheres, negros, negras, homossexuais, pessoas com deficiências, estrangeiros, estrangeiras, idosos, idosas fica à deriva. Ao longo dos anos, essa massa constituinte da sociedade foi esquecida, colocada à parte devido uma “suposta” falta de méritos, uma suposta incapacidade intelectual, biológica, limitada por necessidades econômica, política, ética, cultural e social.

Cogitava-se que o século XXI, por meio dos avanços científicos, proporcionaria aos seres humanos o suprimento destas diversas necessidades colocando fim nas carências intrínsecas ao relacionamento entre homens e mulheres.

As diferentes maneiras de ser, a cultura de cada um, as necessidades e as regras estabelecidas nos diferentes lugares, bem como as leis do país em que se vive são importantes nas relações de gênero.

Os sinais da intolerância entre as pessoas são bastante visíveis provocando uma verdadeira turbulência mundial, demonstrando que ainda falta muito para alcançarmos a tão desejada equidade entre os sexos. A discriminação, o preconceito, a violência, abusos para com mulheres e os excluído em seus próprios *habitats* são pontos muito acentuados.

Contraditoriamente, a globalização prega a igualdade e conveniência, ou seja, atualmente é considerado vergonhoso ser discriminatório perante a sociedade. A discriminação nunca esteve tão presente, em nossas vidas, só que agora ela está “maquilada”, disfarçada com máscaras tão “perfeitas” que fazem com que pareça algo natural, um fato determinado a priori, uma verdadeira expressão das forças da natureza, sobre a qual ninguém pode fazer nada, apenas aceitar e se conformar.

As sociedades pós-modernas foram privilegiadas pelos avanços tecno-científicos, da comunicação digital, da internet que propiciou uma aproximação de culturas, países, povos, nunca antes experimentada, permitindo-nos através do espaço cibernético partilhar experiências, informações, saberes, conhecimentos e assim deter mais saber, o que se traduz em mais poder.

Os avanços da comunicação trouxeram, sem dúvidas, mudanças e melhorias categóricas, mas também responsabilidades e conseqüências para a humanidade, gerando uma mudança estrutural a qual, as teorias sociais têm denominado de “crise de identidade”. Esta crise representa um deslocamento das estruturais centrais das sociedades que davam arrimo aos indivíduos gerando certa estabilidade no mundo social. A pós-modernidade desestabilizou estes pontos de referência fazendo com que o sujeito e sua identidade outrora fixa, estável, totalmente centrada, ganhassem um caráter mutável, instável que Hall chamou de “celebração móvel”. (2003)

Contudo o caráter dualista das sociedades não tem facultado aos homens e as mulheres desenvolverem hábitos de integração com o meio e com os outros, numa convivência saudável, menos separatista. Tudo isto vem confirmar a posição ocupada pela educação como uma instância fundamental ao desenvolvimento da democracia, da cidadania e promotora da equidade entre os sexos.

Compreender o feminino e o masculino, a partir de uma visão relacional entre os dois deixando de lado o determinismo biológico do sexo construído ao longo dos anos, representa um avanço nos estudos de gênero. Consideramos que homens e mulheres estão inseridos num contexto, no qual as relações de poder, as etnias, as crenças são fatores constitutivos da identidade de cada pessoa. “Os gêneros são moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais” (COSTA, 1994). Mulheres e homens exercem inúmeros papéis em sua vida cotidiana, participam da dinâmica social transformam-se de acordo com diferentes situações vividas, não se comportam da mesma maneira o tempo todo.

Os princípios de desigualdades, de segregação entre os sexos, são aplicados no cotidiano separando e classificando o mundo em “coisas” de homem e “coisas” de mulher. Começamos a conservar, manter, perpetuar essas relações desiguais de gênero, baseadas na superioridade masculina, desde criança quando a mãe escolhe tudo rosa para menina, e tudo azul para menino; essa mesma atitude é reproduzida por muitas mulheres quando se tornam mães. Isso ainda não é tudo: o brincar, por exemplo.

Aponta-se até qual tipo de brinquedo pode ser “usado” por menino e por menina: carro, bola, pipa, brincar na rua é para menino; boneca, casinha, panelinha, escolinha são as

brincadeiras de menina. Note-se que o “ser professora”, principalmente na educação infantil e séries iniciais, também é uma atividade “exclusiva” das mulheres, graças a sua paciência, docilidade, maternagem tão naturais do sexo feminino. Um bom exemplo disto é o curso de Pedagogia da UEPB onde apenas 5% das matrículas são de homens.

A naturalização surge sob a forma de idéias que afirmam que as coisas são como são porque é natural que assim sejam. As relações sociais passam, portanto, a ser vistas como naturais, existentes em si e por si, e não como resultados da ação humana. A naturalização é a maneira pela quais as idéias produzem alienação social, isto é, a sociedade surge como uma força natural estranha e poderosa, que faz com que tudo seja necessariamente como é. (CHAUI, 1994, p.217).

Os estereótipos estão arraigados nas sociedades de tal forma que a presença de homens em espaços considerados femininos, gera insinuações quanto à escolha sexual, piadas, comentários maldosos e até desconforto para muitas mulheres e homens.

O fato de chorar, expressar seus sentimentos, gestos de delicadeza não devem ser vistos como expressões unicamente permitidas a mulheres, pois como todo ser humano, o homem também sofre, tem sentimentos, frustrações, sonhos, se emociona. Todos esses valores, comportamentos, condutas são constituídas nas relações sociais e funciona como alicerces dessas mesmas relações, visando construir e constituir identidades culturais hegemônicas, ou seja, a finalidade é “criar” comportamentos em homens e mulheres desejados socialmente.

A literatura sobre a presença de homens em ocupações tradicionalmente femininas, revela que dentre os obstáculos que se impõem contra a presença de homens na educação infantil é o fato de que tal atividade tem sido fortemente associada às mulheres e a padrões de feminilidade. Além disso, a introdução de homens nessa área tem gerado preocupações variadas, principalmente no que se refere à *conduta* dos homens educadores.

Contemporaneamente, os estudos de gênero na área da masculinidade e formação do educador são incipientes. Apesar de haver certo interesse por parte de determinados pesquisadores, ainda são limitados os estudos e/ou pesquisas que tratam do tema. Os estudos sobre masculinidades configura-se como um desdobramento dos estudos de gênero iniciados a partir do movimento feminista das décadas de 1960 e 1970.

A consolidação do ser humano do sexo masculino como uma espécie de chefatura do gênero humano progrediu historicamente, entretanto iremos nos deter ao período histórico conhecido como Idade Moderna, pois a iniciante modernidade, nada mais é do que a ruptura

histórica que justifica a separação de duas épocas. A ruptura que trouxe consigo a Idade Moderna é marcada pelo divórcio entre razão e fé.

A entusiasta revalidação da herança greco-romana pelo Renascimento alterou a relação do homem com Deus, com a natureza e com a cultura. A continuidade entre as duas idades dá-se na fermentação do fim da Idade Média, esse grande tempo de preparação, do processo civilizador, tempo de sementeira, sem o qual não teria sido consumado o Ocidente, síntese das culturas grega, romana e judaico-cristã. Como contrapartida, basta verificar a ancilose do mundo grego, sempre sobrepondo seu legado clássico ao cristão.

O ser humano do sexo masculino, alimentado pelo desejo de conhecimento e de conquista, sempre procurou chegar onde seus pés não estavam, ver o que seus olhos não viam, estar em espaços para onde sua imaginação conduzia, este desejo impulsionou duas grandes conquistas: *a conquista dos mares* (séculos XV e XVI) e *a conquista do espaço* (século XX).

No século XVI, início da Idade Moderna presenciamos a configuração de uma sociedade política, econômica, social e culturalmente modificada. Politicamente, as monarquias tornaram-se superiores aos senhores feudais. O rei, aliado aos interesses da burguesia, conquista a sua soberania. Dessa aliança *burguesia-realeza* forma-se o Estado moderno, e o monarca passa, então, a decretar as leis, exercer justiça, arrecadar impostos, manter um exército nacional permanente. Estava formado o sistema conhecido como Antigo Regime.

As relações econômicas na Europa sofreram profundas alterações no momento em que o ser humano aventura-se pelo oceano Atlântico, procurando atingir as fabulosas fontes do comércio oriental. Para conseguir tal desafio desenvolveu-se a bússola e o astrolábio, instrumentos trazidos do Oriente pelos europeus; é inventada uma nova forma de embarcação, a caravela, que permitiu ao ser humano percorrer grandes distâncias marítimas. As ciências exatas e naturais desenvolvem-se e teorias fundamentais para a evolução científica do gênero são descobertas e comprovadas.

Toda essa transformação política, econômica e social influenciou no modelo de ser homem e de ser mulher da época. O modo de pensar e as formas estéticas dos gregos e dos romanos como referenciais a serem seguidos são retomadas pelos artistas e cientistas. Tendo em vista as necessidades dos seres humanos da Modernidade que buscam os interesses terrenos, o individualismo, à glorificação do homem e do natural em oposição ao divino e ao extraterreno. Acarretando na supervalorização-antropocentrismo, em contraste com a supervalorização de Deus, característica do teocentrismo medieval.

Neste período o importante era a capacidade de usar a razão para descobrir e conhecer o próprio ser humano e desvendar os mistérios de um novo mundo cheio de desafios e interrogações.

A Idade Moderna se destaca por ter sido um período de transição por excelência e, como uma época de "revolução social" cuja base consiste na "substituição do modo de produção feudal pelo modo de produção capitalista". O modelo ideológico – cultural introuduzirá a laicização e emancipação de mentalidades, ligando o ser humano á história, á liberdade, o progresso segundo os ditames da racionalização. A educação também será regida pelos princípios iluministas buscando formar “um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas conseqüências” (CAMBI, 1999, p. 198).

O Renascimento se associa ao humanismo constituindo-se um movimento cultural considerado o marco inicial da Idade Moderna. Podem ser apontados como valores e ideais defendidos pelo Renascimento o Antropocentrismo, o Hedonismo, o Racionalismo, o Otimismo e o Individualismo, bem como um tratamento leigo dado a obras religiosas, uma valorização do abstrato, expresso pelo matemático, além também de algumas noções artísticas como proporção e profundidade, e, finalmente, a introdução de novas técnicas artísticas.

Apesar da inovações de pensamento advindas da modernidade a dualidade entre os sexos permanece na mentalidade social a coerção em torno da sexualidade e do sexo continuam, só que de forma sutil, instaura-se novas regras de decência, ou seja, maneiras/modos de ser social, pode e deve-se falar em sexo, entretanto o discurso deve ser meticulosamente prudentes.

A interdição de certas palavras, a decência das expressões, todas as censuras do vocabulário poderiam muito bem ser apenas dispositivos secundários com relação a essa grande sujeição: maneiras de torná-las moralmente aceitável e tecnicamente útil (FOUCAULT, 1988, p. 24).

Note-se que o discurso passou a ser a chave mestra do controle social determinando a supremacia do ser humano do sexo masculino através da *illusio viril* (BOURDIEU, 2003), conferindo uma idéia de masculinidade fabricada que precisa constantemente ser posta a prova por meio de testes de masculinidade.

A ambigüidade perpassa toda a modernidade a ideologia que emana neste período é o princípio da autonomia/independência que pretende dar ao ser humano liberdade, tornando-o ativo, liberado de vínculos e de ordens e, ao mesmo tempo o submete a institucionalização, ao controle deliberado pela constante ação de governo lhe dirigindo os passos, comportamentos e

condutas perante a sociedade visando torná-lo produtivo e integrado ao novo sistema. Logo, a quimera “liberdade” tão almejada pelo ser humano moderno se reduz a uma utopia, a realidade delineada pelo sistema capitalista reduz essa libertação em autocontrole e conformidade.

A Revolução Francesa, em 1789 é considerada como o acontecimento que deu início à Idade Contemporânea. Aboliu a servidão, os direitos feudais, elaborou uma Constituição que proclamou os princípios universais de *Liberdade, Igualdade e Fraternidade (Liberté, Egalité, Fraternité)* denominada Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

Nesse documento, em que se pode ver claramente a influência da Revolução Americana, defendia-se o direito de todos à liberdade, à propriedade, à igualdade, igualdade jurídica, e não social nem econômica, e de resistência à opressão. A desigualdade social e de riqueza continuavam existindo. O nascimento, a tradição e o sangue já não podiam continuar a ser os únicos critérios utilizados para distinguir socialmente os seres humanos do sexo masculinos.

Na prática, tais critérios foram substituídos pelo dinheiro e pela propriedade, que, a partir daí, passam a garantir a seus detentores prestígio social. A população foi dividida em cidadãos ativos e passivos. Somente os cidadãos ativos, que pagavam impostos e possuíam dinheiro ou propriedades, participavam da vida política. Era o voto censitário. Os passivos eram os não-votantes, como mulheres, trabalhadores desempregados e outros. Com o evento das duas grandes guerras mundiais o ceticismo imperou no mundo, revelando que nações consideradas tão avançadas e instruídas eram capazes de cometer atrocidades dignas de bárbaros. Principia-se a Idade Contemporânea, o seu início foi marcado pela corrente filosófica iluminista.

Esse termo iluminista está relacionado com esclarecimento, porque os iluministas elevavam a importância da razão. Havia um sentimento de que as ciências iriam sempre descobrindo novas soluções para os problemas humanos e que a civilização humana progredia a cada ano com os novos conhecimentos adquiridos. Para eles, os iluministas, o ser humano é produto do meio em que vive da sociedade e da educação.

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades da razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia, ainda que permanecendo essencialmente o mesmo – contínuo ou “idêntico” a ele – ao longo da existência do indivíduo.

O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura (HALL, 2003, p. 11-12).

As transformações ocorridas na contemporaneidade libertaram o ser humano das tradições e estruturas que lhe forneciam uma estabilidade, ou seja, um ponto de referência. Essa concepção de indivíduo é oriundo do desenvolvimento e aperfeiçoamento da ciência, especialmente da biologia, a base da razão humana é a natureza e a mente é um elemento essencial ao desenvolvimento do sujeito biologizado.

O modelo de sujeito sociológico é o que impera na modernidade “a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” entre o mundo pessoal e o mundo público” (HALL, 2003, p. 11).

O resultado é o modelo unissex que predomina no início do século XVIII ratificando a dualidade entre os sexos ao afirmar que mulheres e homens tinham os mesmos órgãos genitais, a diferença consistia que nos homens eles eram internos e na mulher externos. Essa “equidade sexual biológica” corrobora para uma visão de gênero como categorial cultural que tem por base a hierarquia social. Assim, a mulher não é “inferior” ao homem biologicamente, ela é o inverso dele. Logo, a supremacia masculina será confirmada pela posição social ocupada por cada sexo “o fato de que as diferenças entre os sexos sejam de grau e não de natureza não impede que a hierarquia permaneça. A mulher é medida segundo o padrão da perfeição masculina”(BADINTER, 1993, p. 8).

Não podemos esquecer que no final do século XVIII a sociedade contemporânea assistiu ao desenvolvimento da ciência e das novas descobertas biológicas que asseguram que a diferença entre homens e mulheres não é de grau/hierarquia social, mas sim de natureza biológica. O imaginário social será dominado pela idéia dicotômica “não só os sexos são diferentes, como o são em cada aspecto do corpo e da alma, portanto física e moralmente. É o triunfo do dimorfismo radical” (BADINTER,1993, p.9)

A dualidade entre os sexos tendo por base as diferenças biológicas são fundamentos científicos que confirmam a dominação masculina, pois sendo mulheres e homens pertencentes a “mundos distintos” e, conseqüentemente a destinos e direitos diferentes os papéis sexuais e sociais também o serão. A idéia de complementaridade entre os sexos é resultado desta concepção que reafirma o status do homem e determinando que homem e mulher se “encontrariam” no período da reprodução. Já que as diferenças sexuais e biológicas

preconizou o lar como espaço privilegiado da mulher. A educação dos filhos/filhas também passar a ser de responsabilidade da mulher surge à maternidade com um status especial. A ideologia materna surge a partir dos estudos de Rousseau que desenvolveu a noção de um laço vital entre maternidade e a moralidade.

A divisão entre o mundo privado e o público pôs fim às aspirações políticas das mulheres da classe alta. Em vez de aspirar ao engajamento ativo nas tomadas de decisões, a mulher se tornou “a mão que balança o berço” e “o poder por trás do trono”. E os homens estimulavam as mulheres a encontrar satisfação nessa nova esfera de influência, confirmando o poder desse papel exclusivamente feminino. Convencidas do inimitável papel de mães, as mulheres foram, e ainda são, desencorajadas de aderir aos domínios externos masculinos, onde se encontram os verdadeiros ganhos políticos, sociais e econômicos (FORNA, 1999, p. 49).

Com as rápidas considerações históricas que apresentamos, queremos provocar um olhar sobre as raízes da desigualdade justificada e alicerçada nas práticas sociais da pós-modernidade que reitera através das diferenças entre os sexos a iniquidade de gênero. As pesquisas em Ciências Humanas e Sociais e as ações políticas têm relacionado o conceito de homem ao genérico ser humano e o conceito de gênero às mulheres. Seja na posição de universal (homem = ser humano), seja nos estudos de gênero, os homens sempre estiveram presentes, direta ou indiretamente, explícita ou implicitamente.

Em linhas gerais, o movimento feminista questionou valores tradicionais, impondo uma reavaliação da noção de masculinidade hegemônica: branca, heterossexual, dominante (ALMEIDA, 1996). Nessas reflexões se evidenciaram alguns homens e algumas masculinidades, particularmente a machista. Porém, dessa reflexão, foram excluídos alguns homens e algumas masculinidades, pois “a masculinidade hegemônica é um modelo cultural ideal – não é, portanto, atingível por praticamente nenhum homem” (CONNEL, 1995, p. 189).

O que se apresenta como novidade nesse campo de discussões é exatamente a percepção dos contextos e condições particulares que põem por terra a noção de homem genérico, passando-se a ver os homens como também orientados por um modelo ideal e, em certa medida, opressor. Inseridos numa cultura caracterizada por relações sociais hierárquicas, por relações desiguais de poder, por relações de gênero.

Destaca-se assim o interesse por entender como os homens se posicionam no contexto das relações de gênero e que alternativas discursivas sua cultura lhes oferece.

Ao buscar entender e elucidar como os múltiplos homens e as múltiplas mulheres se relaciona entre si e com a tecnologia. Busca-se também compreender como os indivíduos

fazem suas escolhas e como se dão as relações de poder entre os gêneros, revelando uma visão relacional de gênero onde as relações entre os sexos são construídas como base na interação social.

Os gêneros são moldados por escolhas individuais e por pressões situacionais (COSTA, 1994). Não se pode esquecer que tanto mulheres quanto homens exercem inúmeros papéis em sua vida cotidiana. Participam da dinâmica social das mais diversas formas, transformam-se de acordo com diferentes situações vividas, não se comportam da mesma maneira o tempo todo e também o que é motivo para discriminação em uma situação não o é em outra.

A novidade presente nos movimentos feministas dos anos setenta e oitenta com a postulação da diferença e a inserção de um contexto de "diálogo" internacional e na linguagem política da chamada "pós-modernidade" como uma versão da própria modernidade, porquanto não a nega mas produz sua fragmentação.

A identidade cultural produzida pela pós-modernidade é fragmentada, móvel, formada e transformada continuamente tanto de seu lugar social e cultural como também de si mesmo. Hall (2003) denomina este momento da pós-modernidade como uma crise de identidade.

O direito à diferença é uma outra forma desta nova linguagem política internacional que ao falar sobre a "persistência" de tradições culturais que a razão iluminista do progresso tecnológico e do projeto ocidental civilizatório supunha ou propunha fazer desaparecer. As ciências sociais, portanto, trataram hegemonicamente da tradição como "passado", "sobrevivência" e "persistência" porque a razão iluminista presente tanto no marxismo como na teoria da modernização informava seu horizonte cultural. O gênero se constitui pela linguagem, ou seja, pelo discurso "o discurso é um instrumento de orientação do mundo, mesmo se não é anterior à orientação da diferença sexual" (SCOTT, 1995, p. 90).

A Pós-Modernidade significa a assunção de que "os humanos encontram-se no mundo por conta própria". Deste modo, o que o homem fez pode ser desfeito, a modernidade é a época da história que pensa a si mesma historicamente. Esta forma de aproximação obriga a construir a diferença.

Nosso presente, a Modernidade Líquida (BAUMAN, 2001) é uma versão privatizada e individualizada da Modernidade. Só acreditamos ser capazes de transformar a nós mesmos para nos preparar para as inumeráveis transformações sociais que experimentamos cotidianamente. Os sólidos que se derreteram na fase líquida da Modernidade são os elos que entrelaçavam os projetos individuais em projetos e ações coletivas. Cada um por si procura

ser flexível para se capacitar para as incertezas do futuro; ao mesmo tempo, ninguém se crê capaz de transformar a sociedade como um todo.

O mais interessante é que este mundo evidentemente distópico, onde o futuro é catástrofe e incerteza que força mudanças individuais, onde a ordem é rígida, não é obra de uma tirania, mas o artefato e o sentimento da liberdade dos agentes humanos.

Tais transformações são responsáveis pelas especulações sobre a atual insegurança masculina diante da mulher independente e sobre a presença de um “novo” homem, aspectos constantemente explorados pela mídia e que hoje se tornaram um suposto “novo” padrão de comportamento de homens e de mulheres: o casamento tardio, o crescimento do divórcio, a maternidade e paternidade extemporâneas, a luta de homens contra o aborto (pelo direito ao filho que a mulher não quer ter) e, ao contrário, pelo direito de não assumir uma paternidade que foi planejada são fatos que não testemunham algumas das mudanças nas relações parentais da família contemporânea.

A defesa das tradições se não deixam de estar impressas pela continuidade das diferenças culturais tradicionais, se fazem, produzem, e encontram um lugar na linguagem "neo-moderna" que circula no discurso "diplomático" de organizações das Nações Unidas, internacionais e não governamentais. As transformações ocorridas nos movimentos relativos à identidade femininas também devem ser articuladas a neo-modernidade ocidental.

O feminismo do século XX, na predominância deste novo horizonte cultural que postula a diferenças, pode ensaiar uma nova perspectiva de pensar/interpretar as diferentes formas de articulação entre, por um lado, o processo de modernização social e econômico e a expansão da modernidade cultural e, por outro, os processos sociais de persistência de identidades tradicionais que buscaram a conservação de modelos culturais contrários ou diferentes dos valores modernos.

A força da tradição aflora assim articulada às transformações da modernidade e delas também surge à propugnadora análise da construção de identidades pessoais articuladoras destas tradicionalidades e modernidades. Concepções sobre o masculino como sinônimo de macheza, virilidade, heterossexualidade e força têm sido questionadas e o que se percebe é a coexistência de diversas masculinidades.

A identidade masculina na pós-modernidade encontra-se desestabilizada devido às inúmeras ocorrências históricas nas quais as mulheres ao questionar valores e comportamentos hegemônicos que asseguram aos homens a existência de um “porto seguro” no qual se delineavam e determinavam modos de ser e estar do gênero masculino coloca em

xeque a distinção entre os papéis e domínios reservados historicamente aos homens fazendo “evaporar-se a característica universal masculina: a superioridade do homem sobre a mulher” (BADINTER, 1993, p. 6).

Ao desmascarar essa dominação masculina, a imposição de papéis tradicionais socialmente impostos tendo como pressuposto a *illusio viril*, os estudos sobre masculinidade conferiram ao gênero masculino duas particularidades: a satisfação de libertar-se das normas e contradições impostas pelo modelo masculino ideal, inatingível e opressor para os homens e motivo de desavença com as mulheres, como também se tornou em uma incógnita a ser decifrada.

Rever e abrir canais para pensar as masculinidades e maneiras de encorajar os homens a refletir sobre comportamentos sexuais e práticas sociais são recomendações encontradas em documentos recentes. Assim, o lugar do homem, particularmente no contexto doméstico, anteriormente negligenciado, tem emergido nas agendas das instituições internacionais e nacionais que propõem e implementam políticas públicas, como uma forma de promover a equidade de gênero.

Essa temática ganhou maior visibilidade durante a IV Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada em 1994, no Cairo, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995, em Beijim. A discussão nesses dois fóruns, afirmou como diretriz buscar uma maior participação masculina na promoção dos direitos sexuais e reprodutivos. As recomendações da Conferência do Cairo (CIPD, 1994) são bastante claras a esse respeito, ao propor que “esforços especiais devem ser feitos no sentido de enfatizar a coresponsabilidade masculina e promover o efetivo envolvimento dos homens com relação à paternidade responsável e ao comportamento sexual e reprodutivo, incluindo-se aí o uso da anticoncepção...” (CIPD, 1994, § 4.27).

Desenvolver trabalhos voltados aos homens passa a ser uma questão fundamental. Em nossa perspectiva, a escolha de homens como alvo de nossas ações não é nem o ponto de partida, nem o de chegada. Trata-se de um desdobramento e um avanço a partir do movimento feminista e das inúmeras lições aprendidas. Essa história gerou conquistas e também novas questões e inquietações. O trabalho com homens tem aí suas origens. Seu fim é a contínua busca e promoção da equidade de gênero.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Vale de. Gênero, masculinidade e poder: revendo um caso do Sul de Portugal. In: **Anuário Antropológico 95**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

BADINTER, Elizabeth. **XY Sobre a identidade masculina**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.

BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Unesp, 1999.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

CIPD – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, Cairo, 1994. Brasília: CNPD; FNUAP, 1997.

CONNEL, Robert W. Políticas da masculinidade. In : **Educação e Realidade**, n. 20. jul./dez, 1995. p.185-206.

COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. In **Cadernos Pagu**, vol. 2, 1994, p.141-174.

FORNA, Aminatta. **Mãe de todos os mitos**: como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: **Educação & realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2. jul/dez, 1995. p. 71-99.

* Pesquisa fomentada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- UEPB/PIBIC-CNPq

* Graduanda em Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba e bolsista da Iniciação Científica.

** Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba e especialista em Educação Inclusiva.

*** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Professora Titular da Universidade Estadual da Paraíba.